

Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil: uma proposta de construção dialógica na Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS

*The Pedagogical Political Project in Children Education:
a dialogue construction proposal in the Municipal Teaching Network of Toropi-RS*

Editor

Alexandre Anselmo Guilherme
PUCRS, RS, Brasil

Editor Assistente

Cibele Cheron
PUCRS, RS, Brasil

Editores Associados

Bruno Antonio Picoli
Universidade Federal da Fronteira Sul,
Chapecó, SC, Brasil

Pricila Kohls dos Santos
Universidade Católica de Brasília,
Brasília, DF, Brasil

Renato de Oliveira Brito
Universidade Católica de Brasília,
Brasília, DF, Brasil

Elisa Ustarroz
PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil

Karine Gutheil Franzen ¹

Elisiane Machado Lunardi ¹

¹Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar reflexões sobre os desafios na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS, onde foi realizada uma pesquisa de dissertação de Mestrado, concluída no ano de 2018, que objetivava realizar o processo de discussão dialógica com gestores e professores para discussão do PPP da Educação Infantil. Metodologicamente o estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, através de pesquisa documental, bibliográfica e dos círculos dialógicos investigativo-formativos, realizados com os sujeitos coautores da pesquisa. Percebemos que gestores e professores, em muitos casos, não sabem lidar com a autonomia que lhes é garantida, limitando-se aos afazeres do dia a dia da escola, sendo necessário, portanto, mais comprometimento dos mesmos para que o processo de elaboração do PPP da escola se efetive de forma democrática. Os diálogos emergidos dos círculos dialógicos investigativo-formativos com gestores e professores oportunizaram uma reflexão sobre a teoria e a prática, por meio da ação-reflexão-ação, possibilitando novos olhares sobre a gestão da Educação Infantil e do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, promovendo a auto(trans)formação dos sujeitos coautores envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gestão Democrática. Educação Infantil. Projeto Político Pedagógico. Círculos Dialógicos Investigativo-formativos.

ABSTRACT

This work aims to present reflections on the challenges in the construction of the Pedagogical Political Project of Early Childhood Education of the Municipal Teaching Network of Toropi-RS, where a master dissertation research was carried out, completed in 2018, aiming to carry out dialogic discussion process with managers and teachers to discuss the PPP of Early Childhood Education. Methodologically the study was based on a qualitative

ISSN 2179-8435



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

approach, through documentary, bibliographical research and dialogic research-formative circles, conducted with the co-authors of the research. We realize that managers and teachers, in many cases, do not know how to deal with the autonomy that is guaranteed to them, limiting themselves to the day-to-day tasks of the school, and therefore, a greater commitment of the same ones is necessary so that the process of elaboration of the PPP of the school is democratic. The dialogues that emerged from the investigative-formative dialogues with managers and teachers provided a reflection on theory and practice through action-reflection-action, enabling new perspectives on the management of Early Childhood Education and the process of elaboration of the Political Pedagogical Project, promoting the self(trans)formation of the co-authors involved in this process.

Keywords: Public Policies. Democratic Management. Early Childhood Education. Pedagogical Political Project. Formative-investigative Dialogical Circles.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre os desafios na construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS, decorrentes da realização do processo de discussão dialógica com gestores e professores da Educação Infantil desse município.

Este trabalho fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, com estudo de caso, através de pesquisa documental e bibliográfica, e da metodologia dos círculos dialógicos investigativo-formativos, realizados com professores e gestores de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS.

Para tanto, foi realizada uma análise bibliográfica, voltada à Educação Infantil, a sua concepção e a sua gestão, e uma análise documental dos marcos legais da Educação Infantil e do Projeto Político Pedagógico, abrangendo a legislação e as principais normativas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96), Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB 20/2009), Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil para o Sistema Estadual de Ensino do RS (Parecer CEED 001/2018), entre outros.

A dinâmica dos encontros com os gestores e os professores foi realizada através dos círculos dialógicos investigativo-formativos, metodologia essa que oportuniza diálogos acerca das mais diversas situações do cotidiano escolar, onde o grupo compartilha saberes em um processo de construção auto(trans)formativa do conhecimento e de reflexão sobre as suas práticas.

Os círculos dialógicos investigativo-formativos buscam resgatar e reinventar os Círculos de Cultura de Paulo Freire, através de encontros de pesquisa auto(trans)formativos, construindo espaços-tempo de diálogo cooperativo e

comprometido, possibilitando a ação-reflexão-ação e a dialogicidade para a pesquisa em educação como auto(trans) formação permanente com professores (HENZ; FREITAS; SILVEIRA, 2018, p. 6). À medida que acontece cada encontro, os participantes estão em processo de diálogo e de reflexão, de aprendizagem e de (re)construção. Eles emergem na temática e se dão conta de seu inacabamento, dialogam, conscientizam-se e autotransformam-se.

Desse modo, os círculos dialógicos investigativo-formativos foram desenvolvidos mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação de Toropi-RS, tendo a participação de quatro professoras que atuam na Educação Infantil e duas diretoras das escolas municipais. Assim, foram realizados três encontros de aproximadamente 90 (noventa) minutos cada, entre os meses de abril e junho de 2018 (dois mil e dezoito).

Dos encontros, emergiram diálogos acerca da importância da infância e da Educação Infantil, trazendo uma reflexão sobre o processo de expansão do atendimento bem como as normativas que regem esta etapa e tratam sobre o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico. Desta forma, percebemos os desafios presentes no processo de elaboração e implementação de um Projeto Político Pedagógico específico para a Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS.

Cabe destacar que Toropi-RS é um município de pequeno porte, com aproximadamente 2.950 habitantes, e a sua rede municipal de ensino conta com cerca de 200 alunos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Em relação à Educação Infantil, são atendidas quatro turmas de pré-escola de 4 e 5 anos e uma turma de maternal de 3 anos de idade, não havendo atendimento para as demais faixas etárias de creche. O Projeto Político Pedagógico existente abrange somente a pré-escola, não sendo abordada a etapa da creche. Desta forma, a pesquisa teve por objetivo dialogar sobre a elaboração de um PPP que contemple todas as etapas da Educação Infantil.

A construção dos dados foi realizada através da triangulação e da análise dos resultados por meio da análise de conteúdo, a partir de três categorias temáticas: Infância e Educação Infantil; Marcos Legais da Educação Infantil; e Projeto Político Pedagógico.

Assim, consideramos pertinente fazer alguns delineamentos teóricos acerca dos temas discutidos, a fim de fundamentar as reflexões oriundas dos círculos dialógicos investigativo-formativos.

A Educação Infantil e o Projeto Político Pedagógico: fundamentos legais

A Educação Infantil tem passado por várias mudanças no âmbito das políticas públicas e gestão educacional, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, onde passa a ser reconhecida como um dever do Estado com a educação, afirmando o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças, bem como assegurando o direito da criança à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, foi o principal marco no reconhecimento dessa etapa da educação, quando define que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, art. 29). Também estabelece que a responsabilidade da oferta da Educação Infantil é dos municípios.

Através da Lei nº 12.796/13, que altera a LDB nº 9.394/96, foi estabelecida a educação obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos, determinando aos pais o dever de matricularem os filhos a partir dos quatro anos de idade. Estabeleceu também que a Educação Infantil seria oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para as crianças de quatro a cinco anos de idade (BRASIL, 1996, art. 30).

Com base no Plano Nacional de Educação foi estabelecido o Plano Municipal de Educação de Toropi-RS, através da Lei Municipal nº 825/15, que estabelece o cumprimento de vinte metas, desdobradas em estratégias, a serem alcançadas para a sua execução. Em relação à Educação Infantil, o PME/2015 estabeleceu em sua Meta 1 universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do mesmo. Essa meta reafirma a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola a partir dos quatro anos de idade, por parte dos pais, e também a obrigatoriedade dos municípios de ofertarem vagas para 100% das crianças nessa faixa etária. Em relação à creche, a matrícula não é obrigatória, mas os municípios devem ofertar vagas conforme demanda.

Quanto à universalização na pré-escola, o município de Toropi-RS cumpriu a meta no prazo estipulado, atendendo a 100% das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade. Quanto ao atendimento em creche, em 2016 passou a ofertar vagas no Maternal 3, para acesso às crianças de 3 (três) anos de idade, pretendendo ofertar mais vagas gradativamente, de modo a atingir o percentual mínimo estipulado até o final de vigência do Plano.

A função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, sujeitos capazes de construir, através da participação, a sua autonomia. A autonomia é a condição necessária para que a escola elabore e implemente o seu Projeto Político Pedagógico, devendo este ser um documento que proponha uma direção política e pedagógica ao trabalho escolar, formulando metas, prevendo ações, instituindo procedimentos e instrumentos de ação. A LDB nº 9394/96 define que os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar a sua proposta pedagógica, bem como os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da mesma (BRASIL, 1996, art.12 e 13). Também define que os sistemas de ensino definirão normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola

e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, art. 14).

Projeto Político Pedagógico (PPP) é o plano orientador das ações da escola e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. Veiga (2000) enfatiza que o Projeto Político Pedagógico tem as dimensões do pedagógico e do político: o projeto é pedagógico, pois é responsável pela formação do aluno, onde a escola é responsável por definir ações educativas cumprindo os seus propósitos de ter um cidadão crítico, criativo e compromissado; o projeto é político, pois se articula com o compromisso sociopolítico, com interesses reais e coletivos da população escolar, uma vez que enseja um compromisso com a formação de um cidadão participativo e responsável, capaz de mudar a sua realidade social. Ele tem um compromisso com a formação do ser humano para a sociedade. Para a autora (2000) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

Ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão (VEIGA, 2000, p. 11).

Desta forma, o PPP deve ser elaborado em um processo coletivo, com a participação da direção, dos professores, dos funcionários e dos pais, efetivando, assim, a gestão democrática. Gestão democrática é uma forma de gerir uma instituição escolar de maneira que possibilite a participação, a transparência e a democracia. A concepção de gestão democrática-participativa, segundo Libâneo (2012, p. 448), valoriza elementos internos do processo organizacional, como o planejamento, a organização, a direção e a avaliação, e implica deveres e responsabilidades.

A gestão democrática é atividade coletiva, que implica a participação e objetivos comuns, mas também depende de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada. A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola na tomada de decisões e funcionamento da organização escolar. Nesse sentido, a gestão democrática é entendida como:

[...] a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2012, p. 4).

Os autores (2012, p.4) ainda observam alguns pontos básicos para a efetivação da gestão democrática nas escolas, como a autonomia, o financiamento, a escolha dos dirigentes escolares, a criação de órgãos colegiados, a construção do PPP e a participação da comunidade.

A participação implica direito de decidir e intervir e o dever de não se omitir. Participação, na proposta de Paulo Freire (1991), implica uma ação compartilhada, coparticipada entre os sujeitos, em que todos possam *ter voz*, decidir em diferentes níveis de poder e construir uma cidadania para além do papel. Nesse sentido, é importante considerar que participação implica poder de decisão e que essa é uma condição para se conquistar, cada vez mais, níveis de autonomia. Como nos profere Freire, é na prática da participação que se aprende a participar.

Assim, a democratização da gestão começa no interior da escola, onde as decisões são tomadas através de discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola em um processo pedagógico. A função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, sujeitos capazes de construir, através da participação, a sua autonomia. A autonomia é a condição necessária para que a escola elabore e implemente o seu Projeto Político Pedagógico, devendo esse ser um documento que proponha uma direção política e pedagógica ao trabalho escolar, formulando metas, prevendo ações, instituindo procedimentos e instrumentos de ação.

Nesta direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) divulgadas pelo Ministério da Educação através do Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009, têm o objetivo de orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares na área da Educação Infantil. Essas diretrizes definem que as propostas pedagógicas deverão considerar a criança como centro do planejamento curricular, tendo como eixos norteadores as interações e as brincadeiras.

Do mesmo modo, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande Sul, através do Parecer CEED nº 01/2018 e Resolução CEED nº 339/2018, estabelece que é no Projeto Político Pedagógico que se efetivam as concepções de criança, infância, desenvolvimento e aprendizagem, objetivos e finalidades da escola, o retrato da comunidade e das famílias. Nele é expresso qual o currículo para a faixa etária atendida, organização de tempos, espaços e materiais, metodologia, avaliação, perfil dos professores e demais profissionais da educação infantil. Além das concepções que orientam o trabalho pedagógico, o PPP deve ser organizado de modo que expresse/esclareça todo o percurso e as ações implementadas para alcançar o político e o pedagógico projetados.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil deve ser elaborado tendo o reconhecimento da importância da identidade pessoal das crianças, suas famílias, professores e outros profissionais envolvidos no processo educacional, para que os objetivos e os princípios básicos da Educação Infantil, que é o cuidar, o educar e o brincar, sejam garantidos nas práticas cotidianas da instituição. Dessa maneira, a atividade educativa deve ser

considerada como “ação intencional orientada para a ampliação do universo cultural das crianças, de modo que lhes sejam dadas condições para compreender os fatos e eventos da realidade, habilitando-as a agir sobre ela de modo transformador” (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

A autora (2002) expressa que a ação educativa das creches e pré-escolas deve interpretar os interesses imediatos das crianças e os saberes já construídos por elas, comprometendo-se em garantir o direito à infância. Sobre os saberes já construídos pelas crianças, Zabalza (1998, p. 20) acrescenta que:

A ideia básica do funcionamento da educação infantil não é a de “construir novas aprendizagens”, mas a de “enriquecer os âmbitos de experiência” das crianças que assistem a ela. Trata-se de tirar proveito do vasto repertório de recursos (linguísticos, comportamentais, vivenciais, etc.) com os quais os indivíduos têm acesso ao ensino e utilizá-los para completar o leque de experiências desejáveis para essa idade.

Nesse sentido, a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensa atividade para estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos que já possuem. Esse processo possibilitará a elas modificarem seus conhecimentos prévios, variá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas.

As crianças trazem conhecimentos, hábitos, desejos, sonhos, sentimentos e medos, que precisam ser conhecidos e respeitados pelos educadores. Para Freire, é fundamental que o professor respeite esse saber de *experiência feito e trabalho*, a partir dele, de modo que possa ser superado, estimulando a criatividade e a capacidade de leitura do mundo dos educandos. Partir dos conhecimentos, dos contextos concretos e dos interesses que a criança traz é condição para o desenvolvimento de novos saberes, pois:

[...] a educação dialógica parte da compreensão que os alunos têm de suas experiências diárias [...], minha insistência de começar a partir de sua descrição sobre suas experiências da vida diária baseia-se na possibilidade de se começar a partir do concreto, do senso comum, para chegar a uma compreensão rigorosa da realidade (FREIRE, 2008, p. 131).

Assim, é função do professor considerar, como ponto de partida para a sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas.

Desta forma, o Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil tem o compromisso de promover práticas de cuidado e de educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível, considerando que o trabalho desenvolvido

na escola é complementar à ação da família, sendo a interação entre as duas instâncias, essencial para um trabalho de qualidade.

Percebemos que a qualidade da Educação Infantil não depende apenas de um único aspecto, mais sim de vários fatores que possibilitem à criança uma educação igualitária e justa. A legislação e as políticas públicas para a Educação Infantil buscam condições de acesso e permanência e a garantia de expansão, mas não asseguram o aspecto da qualidade. Para que a escola consiga atingir a sua finalidade, é necessário que a gestão escolar esteja ancorada nos princípios da gestão democrática e que o Projeto Político Pedagógico esteja pautado na realidade da escola e contemple o direito à educação e à infância.

Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil: construção dialógica e protagonismo docente

Ao discutirmos o processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS, através dos círculos dialógicos investigativo-formativos, foi possível compartilhar saberes com gestores e professores em um processo de construção auto(trans)formativa do conhecimento e de reflexão sobre as práticas, pois todos os participantes se caracterizam como sujeitos epistemológicos e construtores de conhecimento, conforme nos colocam Henz, Freitas e Silveira (2018, p. 11):

[...] tanto os pesquisadores quanto os sujeitos interlocutores desta empreitada acadêmico-científica auto(trans)formativa encontram-se em processo permanente de diálogo e de reflexão e, conseqüentemente, de aprendizagem e de (re)construção mútuas.

Assim, de acordo com Henz e Freitas (2015) os círculos dialógicos procuram proporcionar uma reflexão crítica sobre o ato educativo, através do diálogo-problematizador, com base nas questões levantadas pelo grupo em relação à temática.

Desse modo, os encontros com gestores e professores de Toropi-RS focaram nas três categorias temáticas (Infância e Educação Infantil, Marcos Legais da Educação Infantil e Projeto Político Pedagógico), onde cada participante vivenciou diferentes movimentos, em momentos singulares, de acordo com o seu processo de reflexão e de auto(trans)formação. Esses movimentos dos círculos dialógicos não ocorrem linearmente, mas sim dentro da processualidade dialética de uma espiral, e estão representados na Figura 1 a seguir, elaborada por Henz e Freitas (2015, p. 25):

Figura 1. Movimentos da dinâmica dos Círculos Dialógicos Investigativo-formativos

Fonte: Henz e Freitas (2015, p. 25).

Nos encontros realizados com gestores e professores em Toropi-RS, percebemos a processualidade dos movimentos metodológicos a partir da escuta sensível e do olhar aguçado, o que provocou a emersão/imersão consciente da realidade, por meio das temáticas geradoras, despertando nos professores e gestores a descoberta como seres inacabados, mas capazes de, através da ação-reflexão-ação, mudarem a sua realidade. Em relação a esses movimentos, Toniolo (2017, p. 533) afirma:

A auto(trans)formação é o movimento que vai se potencializando e constituindo em todos os demais: a escuta sensível e o olhar aguçado; a emersão/imersão das/nas temáticas; o distanciamento/desvelamento da realidade; a descoberta do inacabamento; os diálogos problematizadores; o registro re-criativo e a conscientização são movimentos que vão contribuindo para que o processo de auto(trans)formação aconteça, na mesma dialética que essa se faz necessária para a viabilidade dos outros movimentos. [...] durante a realização dos Círculos Dialógicos Investigativo-formativos esses movimentos estão uns imbricados nos outros e podem ocorrer aleatoriamente, embora um dos principais objetivos da pesquisa com os professores é a sua auto(trans)formação, tanto do pesquisador líder quanto dos sujeitos coautores envolvidos na pesquisa, em permanente cooperação uns com os outros.

Desse modo, através da proposta dos círculos dialógicos investigativo-formativos, foi possível experienciar momentos de profundas reflexões, diálogos-problematizadores, de tomada de consciência e análises proativas, onde cada sujeito coautor pôde expressar-se livremente, discutindo o seu sentir/pensar/agir (HENZ, 2015) em busca da compreensão do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil, bem como do seu próprio fazer docente.

Com base nos pressupostos teóricos e nas discussões e reflexões oriundas dos círculos dialógicos investigativo-formativos, chegamos a algumas percepções, relacionadas às falas dos sujeitos coautores da pesquisa, de acordo com as categorias temáticas que permearam a mesma.

- a) **Infância e Educação Infantil:** percebemos a insegurança dos professores em atender crianças em idade de creche devido à falta de experiência, pois quando questionadas sobre quais seriam os desafios em atender essas crianças a Professora *Regina* logo respondeu “A nossa falta de preparo. Temos a formação, mas não temos experiência em atender essas crianças” (informação verbal)¹. Também a Gestora *Evelyse* complementou “Temos o conhecimento, mas acho que atenderíamos mais em relação ao cuidar... mas não é esse nosso papel como professores” (informação verbal)². “Eu diria que seria uma cuidadora” (informação verbal)³ completou a Professora *Marieta*. Expressaram também a falta de tempos e espaços para diálogos entre os professores sobre as práticas pedagógicas da Educação Infantil, e revelaram a falta de conhecimento da maioria dos pais em relação às especificidades da Educação Infantil, onde as práticas pedagógicas são voltadas ao cuidar, educar e brincar, e não alfabetizar. Sobre isso, a Gestora *Evelyse* comentou que há bastante participação dos pais na escola, mas “muitos não sabem direito sobre essas especificidades da educação infantil, acham que as crianças devem vir pra escola só para ler e escrever” (informação verbal)⁴, referindo-se ao entendimento equivocado que a maioria dos pais tem em relação ao atendimento na Educação Infantil.
- b) **Marcos Legais da Educação Infantil:** os professores e gestores não estão totalmente inteirados com os marcos legais da Educação Infantil, a maioria os conhece, mas não utilizam no dia a dia da escola. Sobre essa falta de interação dos professores, a Gestora *Evelyse* salientou “Acho que ninguém tá (inteirado), só mesmo quem tá realmente estudando” (informação verbal)⁴, referindo-se que o estudo mais aprofundado das Diretrizes e demais marcos legais da Educação Infantil foi realizado quando estavam na faculdade ou especialização.

¹ Depoimento da Professora Regina, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 25/04/2018.

² Depoimento da Gestora Evelyse, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 25/04/2018.

³ Depoimento da Professora Marieta, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 25/04/2018.

⁴ Depoimento da Gestora Evelyse, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 23/05/2018.

Enfatizaram que há a necessidade de todos os envolvidos na elaboração do PPP conhecerem os marcos legais da Educação Infantil.

- c) Projeto Político Pedagógico: O PPP vigente está desatualizado/incompleto em relação às orientações contidas nas diretrizes nacionais e estaduais, bem como foi elaborado apenas pela SMEC, gestores e professores, não se concretizando a efetiva gestão democrática. O PPP vigente, por ser padrão, não abrange a realidade de cada escola, pois mesmo a rede de ensino sendo pequena, cada escola tem sua peculiaridade. Sobre isso, emergiram reflexões dessas diferentes realidades, onde a Gestora *Adriane* salientou: “Na escola em que trabalho há somente alunos que moram no interior, já na outra escola tem alunos do interior e da cidade” (informação verbal)⁵. A Professora *Regina* acrescentou: “Eu tenho turmas de pré-escola nas duas escolas, e as turmas são muito diferentes, as necessidades dos alunos são diferentes...” (informação verbal)⁶, “Sim realmente eu também noto isso quando dou as horas atividades nas duas escolas” (informação verbal)⁷ complementou a Professora Marieta. Sobre o processo de elaboração do PPP, os gestores mencionaram sentir dificuldades em começar sem a iniciativa/apoio da Secretaria de Educação.

A análise e interpretação dos diálogos nos círculos dialógicos investigativo-formativos tem enfoque hermenêutico, pois, segundo Henz (2015, p. 22),

[...] estabelece uma ação comunicativa, problematizadora, reflexiva e histórica, gerando a fusão dos diferentes mundos e horizontes de compreensão, a partir e por meio das experiências e leituras de mundo de cada sujeito participante, sempre numa perspectiva proativa. [...] A compreensão das palavras pronunciadas, dos desvelamentos e dos significados construídos cooperativamente, precisam reconhecer as vivências de cada participante dentro de seus diferentes contextos sócio-histórico-culturais. Cada um é o que se constitui pela interação e diálogo com os outros e com o mundo ao seu entorno.

Como percebemos, várias constatações surgiram após o processo de discussão dialógica proposto aos gestores e professores, ressaltando que esses momentos de diálogo requereram a escuta sensível e o olhar aguçado para compreendermos igualmente o que foi “dito” e o que foi expresso através das demais linguagens, onde cada um pode *dizer a sua palavra*.

⁵ Depoimento da Gestora Adriane, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 13/06/2018.

⁶ Depoimento da Professora Regina, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 13/06/2018.

⁷ Depoimento da Professora Marieta, coletado pela pesquisadora na cidade de Toropi-RS, no dia 13/06/2018.

Desta forma, percebemos os desafios na construção do Projeto Político Pedagógico específico para a Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS, emergidos nos diálogos com os professores e gestores, os quais são apresentados a seguir:

- dar início ao processo de elaboração do PPP, seja por parte da Secretaria de Educação ou pelos gestores das escolas, visto que esta mobilização deve partir da Gestão;
- efetivar a gestão democrática, envolvendo toda a comunidade escolar na elaboração do PPP específico para a Educação Infantil;
- alinhar o PPP de Toropi-RS às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais da Educação Infantil, ao Plano Nacional e Plano Municipal de Educação, de modo que as especificidades da infância e da Educação Infantil estejam contempladas;
- elaborar um PPP por escola, de modo a contemplar a realidade de cada uma, expressando as suas peculiaridades;
- oportunizar a todo o grupo de elaboração do PPP, principalmente aos pais, a discussão e a orientação sobre a especificidade da infância e das práticas pedagógicas da Educação Infantil, através do estudo dos marcos legais;
- superar a insegurança dos professores no atendimento às crianças de zero a três anos, pois isso poderá refletir no processo de elaboração do PPP quanto às práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Diante dos desafios encontrados, percebemos que os gestores e professores, em muitos casos, não sabem lidar com a autonomia que lhes é garantida, pois se limitam em “dar aula” e aos afazeres do dia a dia da escola. Nesse sentido, a construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil deve partir de seus anseios, pois estão em contato direto com alunos, pais e comunidade, porém, as revisões e reformulações até o momento partiram da Secretaria Municipal de Educação.

Destarte, é necessário mais envolvimento dos gestores, professores e pais, pois as escolas devem ser espaços democráticos em que a construção e o diálogo devem partir da comunidade escolar. Desse modo, fica o desafio para que esses agentes tão importantes na escola envolvam-se de forma comprometida no desenvolvimento de uma educação transformadora, efetiva, consciente e voltada para a realidade, tornando possível a elaboração democrática do PPP da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS.

Acreditamos no comprometimento de tais agentes, principalmente dos gestores e dos professores, pois passaram por momentos auto(trans)formativos através dos círculos dialógicos investigativo-formativos, e,

Quando falamos em auto(trans)formação de professores, a preocupação central deveria ser esse *pensar criticamente* a prática para melhorá-la, recriá-la, reinventá-la de acordo com os desafios de cada realidade, com cada nova situação. E nesse processo de “formar-se”, de constituir-se professor, o ato de escrever o vivido, o dito, o que se refletiu no grupo, ajuda a (re)pensar criticamente a própria prática no compartilhamento das aprendizagens construídas coletivamente (TONIOLO; HENZ, 2015, p. 35).

Assim, das reflexões do grupo em relação às próprias práticas emergiram os desafios oriundos do problema de pesquisa, bem como as aprendizagens construídas coletivamente poderá auxiliar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil de Toropi-RS.

Considerações finais: desafios na construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil na perspectiva dialógica

Ao discutirmos o processo de elaboração e de implementação do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS, através dos círculos dialógicos investigativo-formativos, foi possível compartilhar saberes com gestores e professores proporcionando reflexões sobre a importância da infância, da Educação Infantil e de um Projeto Político Pedagógico elaborado democraticamente, tendo como foco a criança e a realidade da escola.

Destacamos que os marcos legais da educação determinam que os estabelecimentos de ensino são responsáveis em elaborar e executar seus próprios Projetos Políticos Pedagógicos, através da participação pela gestão democrática. Desse modo, as políticas públicas garantem a autonomia de cada escola na elaboração do PPP, e orientam todo esse processo através das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

Percebemos que na Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS o processo de elaboração e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico, até então, partiu da Secretaria de Educação, não contemplando totalmente o princípio da gestão democrática, envolvendo somente os gestores e professores.

Ressaltamos que, por meio dos diálogos e reflexões oriundas dos círculos dialógicos investigativo-formativos, buscamos sensibilizar os gestores e os professores da responsabilidade que os mesmos têm em relação à elaboração e execução do PPP da escola, através de um processo democrático envolvendo também funcionários da escola e pais, bem como a autonomia que lhes é garantida para isso.

De acordo com Henz, Freitas e Silveira (2018, p. 12), quando os sujeitos participam ativamente da pesquisa, constroem conhecimentos e práticas capazes de intervir em sua realidade, pois, esses processos de construção

de conhecimento e de mudanças dos *quefazeres* educativos, também se tornam processos auto(trans)formativos. Portanto, consideramos as gestoras e as professoras capazes de iniciar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Toropi-RS, não necessitando esperar pela iniciativa da mantenedora.

Desta forma, imersos nas reflexões e nos saberes (re)construídos a partir dos encontros com gestores e professores, percebemos que os círculos dialógicos investigativo-formativos oportunizaram espaços de estudos em que podemos dialogar abertamente com os sujeitos coautores, pois,

Ao longo dos encontros com educadores e acadêmicos, observamos o quanto os momentos e movimentos de diálogo são indispensáveis para que se possa problematizar o cotidiano da escola, bem como a realidade de cada um dos interlocutores, para que aconteçam efetivas auto(trans)formações nas suas concepções e ações e, conseqüentemente, no contexto em que atuam (HENZ; FREITAS, 2015, p. 81).

É esse aspecto que se confere importância ao diálogo para a formação de sujeitos autônomos e conscientes. A ênfase dada por Paulo Freire à palavra como práxis, nessa perspectiva, é a ação transformadora no mundo e do mundo. O diálogo é a condição de existir humanamente, e com ele, os seres humanos se solidarizam, refletem e agem juntos como sujeitos no mundo que querem transformar. Desse modo,

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p. 82).

Dessa maneira, os diálogos emergidos dos círculos dialógicos investigativo-formativos com gestores e professores oportunizaram uma reflexão sobre a teoria e a prática, por meio da ação-reflexão-ação, possibilitando novos olhares sobre a gestão da Educação Infantil no município de Toropi-RS e do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, promovendo a auto(trans)formação dos sujeitos coautores envolvidos nesse processo.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. <https://doi.org/10.11606/d.2.2010.tde-13122010-160747>

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a LDBEN nº 9.394/96. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 20/2009.** Revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE:CEB 2009. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782012000100012>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5/2009, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE:CEB, 2009. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782012000100012>

FREIRE, P. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980. <https://doi.org/10.18616/ce.v7i2.3742>

FREIRE, P. **Medo e ousadia.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HENZ, C. I. Círculos Dialógicos Investigativo-Formativos e Auto(trans)formação Permanente de Professores. *In: DIALOGUS: Círculos Dialógicos, Humanização e auto(trans)formação de professores.* São Leopoldo: Oikos, 2015. <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.44026>

HENZ, C. I. FREITAS, L. M. Círculos Dialógicos Investigativo-Formativos: uma proposta epistemológico-política de pesquisa. *In: DIALOGUS: Círculos Dialógicos, Humanização e auto(trans)formação de professores.* São Leopoldo: Oikos, 2015. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2018v36n3p835>

HENZ, C. I. FREITAS, L. M. SILVEIRA, M. N. **Pesquisa e auto(trans)formação com professores: Círculos Dialógicos Investigativo-formativos.** Texto em submissão e avaliação, 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2018v36n3p835>

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, Joao Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 01/2018/RS**. Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Estabelece condições para a oferta da Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre: CEED, 2018. <https://doi.org/10.36576/summa.14089>

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 339/2018, de 14 de março de 2018**. Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino. Estabelece condições para a oferta da Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre: CEED, 2018. <https://doi.org/10.36576/summa.14089>

TONIOLO, J. M. dos S. de A. Paulo Freire no âmbito da pesquisa: os círculos dialógicos investigativo-formativos como possibilidade de reinvenção dos círculos de cultura e auto(trans)formação permanente com professores. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 519-537, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.44026>

TONIOLO, J. M. dos S. de A.; HENZ, C. I. DIALOGUS: encontros dialógicos investigativos como possibilidade de auto(trans) formação permanente com professores. *In*: DIALOGUS: Círculos Dialógicos, Humanização e auto(trans)formação de professores. São Leopoldo: Oikos, 2015. <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.44026>

TOROPI. **Lei nº 825-13/2016, de 26 de maio de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá providências. Toropi: 2015.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 30/10/2018.

Aprovado em: 24/8/2019.

Publicado em: 31/12/2019.

Endereço para correspondência:

Karine Gutheil Franzen
Rua 22 de Outubro, 428 – Centro
97418-000, Toropi, RS, Brasil

Autores:

KARINE GUTHEIL FRANZEN

Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera – Uniderp (2013). Pós-Graduada em Gestão Educacional pela UFSM (2015). Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela UFSM (Mestrado Profissional, 2018). Atuou como Secretária de Educação no Município de Toropi entre os anos 2005 a 2016. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão Educacional.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9429-354X>

E-mail: karinefb@hotmail.com

ELISIANE MACHADO LUNARDI

Licenciada em Pedagogia pelo Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria/RS (1991), Especialista em Orientação Educacional pelo Curso de Especialização em Gestão Escolar/CE/UFSM (2000), Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFSM (2002), Doutora em Educação pela Faculdade de Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS/RS (2012). Atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Administração Escolar, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e gestão Educacional/UFSM. Líder do grupo REDES/UFSM de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional, realiza pesquisas e estudos acerca das políticas públicas e gestão educacional considerando a interlocução entre Educação Básica e Superior.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2276-2466>

E-mail: elisiane.lunardi@gmail.com

Endereço: Av. Oy Pavão, 140 – Bairro Pé de Plátano
97110-560, Santa Maria, RS, Brasil